



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

Boletim

Agronegócio Internacional

Edição 18 - Novembro de 2015

facebook.com/canaldoprodutor

twitter.com/canaldoprodutor

canaldoprodutor.com.br



Oriente Médio como oportunidade para a agropecuária brasileira

No final de junho deste ano, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Exportações (PNE) com o objetivo de fortalecer o comércio exterior e torná-lo um elemento estratégico e permanente da agenda de crescimento do país. As propostas do PNE estão organizadas em cinco pilares principais que servem como diretrizes para o governo na implementação do Plano.

Como parte do planejamento estratégico, o PNE define um mapa onde 32 países são considerados prioritários para as vendas externas do Brasil. O Plano prevê uma política comercial focada na ampliação do volume e dos destinos das exportações brasileiras, remoção de barreiras e maior integração à rede de acordos comerciais. Recentemente, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, e a ministra da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, Kátia Abreu, estiveram em missões oficiais a três dos países prioritários – Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã – demonstrando o importante valor comercial que esses mercados têm para os produtos brasileiros.

Entre os dias 26 e 28 de outubro, o ministro Armando Monteiro visitou o Irã, onde discutiu caminhos para a ampliação do comércio bilateral e oportunidades de investimentos recíprocos. Representantes do setor privado e de outros órgãos do governo também participaram da missão. Porém, não foram fechados negócios imediatos.

Em novembro, a ministra Kátia Abreu, também esteve na região, visitando a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Com a Arábia Saudita, no último dia nove, a ministra assinou um acordo de listas pré-autorizadas de estabelecimentos exportadores para a carne bovina brasileira. O acordo tem como objetivo

acelerar o processo de habilitação de plantas, o que deverá fortalecer o comércio bilateral.

A assinatura só foi possível após o fim do embargo à carne bovina in natura brasileira, oficializada na mesma data por meio da assinatura do novo Certificado Sanitário Internacional. O país suspendeu a compra de carne bovina brasileira em 2012, após um caso atípico de doença da vaca louca. Nos Emirados Árabes, a ministra se encontrou com autoridades e empresários do setor agrícola e apresentou oportunidades para investimento dos árabes em áreas do agronegócio brasileiro.

O mercado brasileiro no Oriente Médio

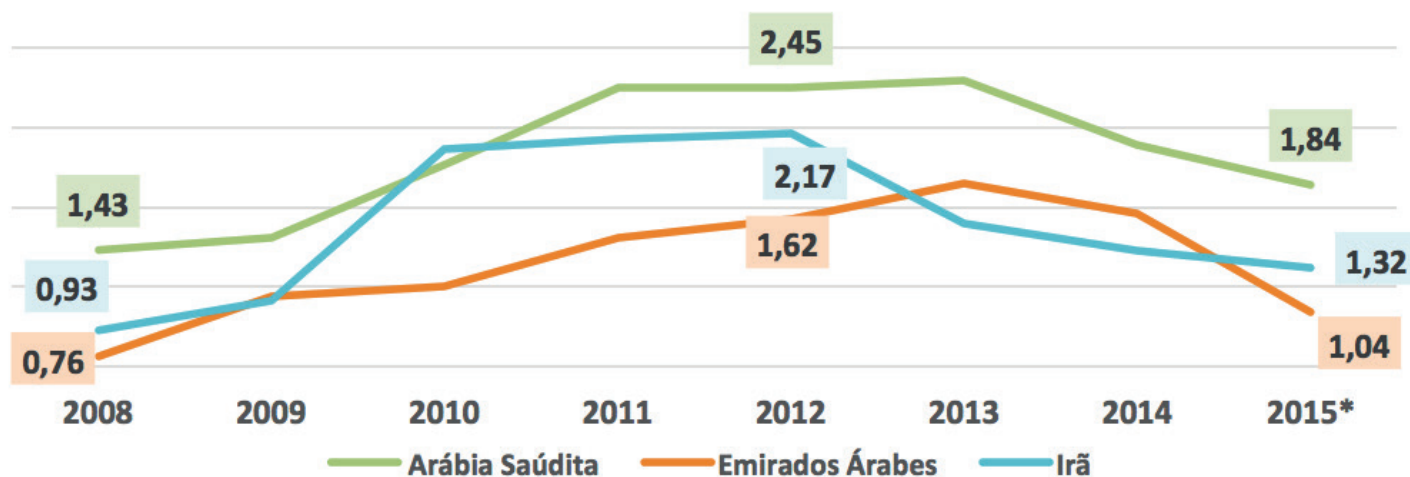
A Arábia Saudita, os Emirados Árabes Unidos e o Irã se caracterizam por terem elevada renda per capita e serem dependentes da importação de alimentos. Segundo o Banco Mundial, a Arábia Saudita e o Irã, assim como o Brasil, são classificados como economias de renda média alta, enquanto os Emirados Árabes são uma economia de renda alta. Segundo a LCA Consultores, existe forte demanda por importação de alimentos, principalmente na Península Arábica, onde estão localizadas a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Os fatores que influenciam no aumento da demanda por alimentos são a perspectiva de crescimento demográfico e o perfil de consumo alimentar desenvolvido, principalmente no Irã. Além disso, observa-se que o consumo médio de carnes é baixo, mas deverá se aproximar da média mundial nas próximas décadas.

Entre janeiro e agosto deste ano, a Arábia Saudita, os Emirados Árabes e o Irã foram responsáveis por 5,6%

das exportações do agronegócio brasileiro, somando US\$ 5,2 bilhões. A Arábia Saudita é o quinto destino das exportações do setor, com US\$ 1,8 bilhão em compras. Os principais produtos importados foram carne de frango (US\$ 1,8 bilhão), açúcar de cana ou beterraba (US\$ 264,3 milhões), soja em grãos (US\$ 194,4 milhões), cereais (US\$ 88,9 milhões), farelo de

soja (US\$ 48,9 milhões) e madeira (30,4 milhões). Esses seis produtos representam 95,2% do total importado por aquele país de produtos do agronegócio brasileiro. O único item do agronegócio saudita importado pelo Brasil, em 2015, foi óleos essenciais, somando apenas US\$ 7 mil.

Exportações do Agronegócio Brasileiro para Países Selecionados (US\$ bilhões)



Fonte: Agrostat/Mapa | Elaboração: SRI/CNA

Para o Irã foram exportados US\$ 1,3 bilhão em produtos do agronegócio brasileiro, nos primeiros dez meses de 2015. O país é o 13º principal destino das exportações do agronegócio do Brasil. Os principais produtos exportados para esse mercado foram cereais (US\$ 510,7 milhões), carne bovina (US\$ 318,2 milhões), soja em grãos (US\$ 211,1 milhões), farelo de soja (US\$ 173,3 milhões) e açúcar de cana ou beterraba (US\$ 70,5 milhões), somando 97,3% das vendas externas no período. O Brasil importou US\$ 1,8 bilhão em produtos do agronegócio do Irã, concentrados em dois produtos: nozes e castanhas (US\$ 818,5 milhões) e uvas secas (US\$ 418,7 milhões).

No acumulado de 2015, os Emirados Árabes foram o 15º principal destino das exportações do agronegócio brasileiro, alcançando US\$ 1 bilhão. Os seis principais produtos exportados pelo setor foram responsáveis por 86,4% do valor das vendas: carne de frango (US\$ 421,3 milhões), açúcar de cana ou beterraba (US\$ 294,4 milhões), carne bovina (US\$ 72,4 milhões), farelo de soja (US\$ 48,3 milhões), cereais (US\$ 39,8 milhões), e madeira (US\$ 21 milhões). Em 2015, o Brasil importou US\$ 3,2 milhões em produtos do agronegócio

dos Emirados Árabes, com destaque para o fumo e seus derivados (US\$ 2,3 milhões), chá, mate e especiarias (US\$ 210,5 mil), frutas (US\$ 195,3 mil), incluindo nozes e castanhas e fibras e produtos têxteis (US\$ 188,9 mil).

Além das exportações já existentes, o documento oficial do governo sobre o PNE apresenta oportunidades para produtos brasileiros que poderiam se beneficiar significativamente de um comércio mais ativo com esses países. Foram definidas quatro categorias de oportunidades por segmentos selecionados, manutenção, consolidação, recuperação e abertura. As informações são dadas com base na linha tarifária dos produtos.

No que se refere ao Irã, o Brasil possui potencial para exportar castanhas de caju, couros, além do complexo soja, podendo consolidar espaço no mercado iraniano. O Brasil também tem potencial para recuperar terreno com açúcares, produtos de café, carne de boi e de frango in natura e óleo de soja. Para o Irã existiria ainda oportunidade para exportar carne bovina processada, incluindo ainda os países da Península Ibérica.

A Arábia Saudita também apresenta grandes oportunidades aos exportadores brasileiros, em especial em relação ao álcool etílico, pasta de cacau, ovos e derivados, castanhas de caju, carne de peru industrializada, produtos do complexo soja, além de suco de frutas. No entanto, o Brasil ainda pode ganhar mais espaço com vendas de café verde, açúcar refinado, trigo, suco de laranja congelado e produtos de origem animal, como carne bovina (in natura e industrializada), carne de peru in natura e carnes de aves industrializadas.

Nos Emirados Árabes, o governo brasileiro identificou oportunidades para abertura de mercado para álcool etílico, pasta de cacau, carnes salgadas bovinas, mel,

castanhas de caju, mamões (papaia) frescos, uvas frescas, carne de peru industrializada, soja mesmo triturada e suco de laranja não congelado.

Por fim, o aumento da demanda por alimentos nos países árabes está ligado a um fator demográfico, onde a população deverá crescer mais rápido do que a produção, devido à baixa disponibilidade de terras aráveis nesses países. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) indica que o Brasil deverá assumir a liderança mundial na exportação de produtos agrícolas a partir de 2024. Nesse contexto, os países do Oriente Médio apresentam boas oportunidades para diversificação das exportações da agropecuária brasileira.

Enquanto isso, no mundo multilateral...

Falta menos de um mês para a 10ª Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) e as perspectivas para a agricultura estão longe de alcançar a ambição do setor. Desde setembro palavras como “entraves”, “descrença” e “inflexibilidade” por parte de alguns membros são as que imperam em Genebra, Suíça, onde está sediada a OMC.

Para a reunião em Nairóbi, no Quênia, a expectativa é de que, caso haja algum resultado, ele seja voltado para os países de menor desenvolvimento relativo, especialmente por ser a primeira Ministerial realizada na África. Fora isso, paira a dúvida sobre o futuro da Rodada Doha e se será decretado o seu fim no apagar das luzes no Quênia.

Uma certeza: é preciso pensar no pós-Nairóbi já. Os temas agrícolas são imprescindíveis e devem permanecer na agenda do braço negociador da OMC. As implicações que as políticas de apoio doméstico – não só a dos Estados Unidos e a da União Europeia, mas principalmente a da China e a da Índia – podem trazer para a agropecuária brasileira são alarmantes.

O pilar de competição nas exportações, que deu um pequeno suspiro nos últimos meses, parece também ter entrado no vão dos temas não acordáveis. E ele também precisa ser resolvido. Por fim, o acesso a mercados de produtos agrícolas, que nem sequer chegou à lista de possibilidades para a Ministerial, é o único que pode ser “remediado” fora do âmbito multilateral, pelas vias de negociação de acordos comerciais.

Balança Comercial: crescimento de cadeias impulsiona exportações do agronegócio

Os dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) confirmam que o agronegócio brasileiro segue se consolidando como principal setor da economia nacional. As exportações de produtos do agronegócio alcan-

çaram US\$ 74,7 bilhões entre janeiro e outubro de 2015, mas apesar desse bom desempenho, houve queda de 10,9% na receita obtida, em relação ao mesmo período de 2014.

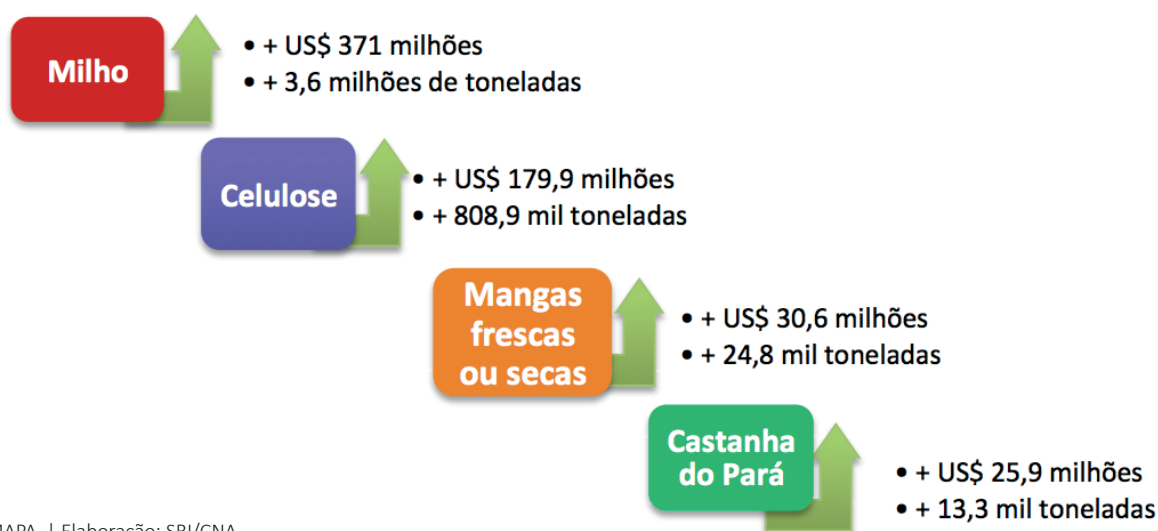
Por outro lado, as importações também caíram no mesmo período, atingindo US\$ 11,2 bilhões, redução de 20,8% em comparação aos primeiros dez meses de 2014. Dessa forma, o saldo acumulado da balança comercial do agronegócio foi positivo em US\$ 63,3 bilhões, valor 9,3% inferior ao mesmo período do ano passado.

Apesar da queda no valor de comércio, o volume das exportações do agronegócio brasileiro superou 134 milhões de toneladas, aumento de 11,0% em

relação aos dez primeiros meses de 2014. Em 2015, a participação do segmento cresceu entre os itens da pauta exportadora do país, representando 46,6% do total e demonstrando sua importância para a economia nacional.

Esses resultados têm se manifestado de forma heterogênea entre as cadeias. Apesar da queda na receita total de exportações, produtos como milho, celulose e algumas frutas, obtiveram incremento no volume e no valor exportado em 2015.

Crescimento do valor e volume de vendas para produtos selecionados (janeiro a outubro 2014/2015)



Fonte: Agrostat/MAPA | Elaboração: SRI/CNA

Milho

O milho é um produto importante na pauta de exportação do agronegócio brasileiro, tendo apresentado resultados positivos nos primeiros dez meses de 2015. Com crescimento de 14% no valor e 33% no volume exportado, o produto obteve receita, até outubro de 2015, US\$ 3,1 bilhões. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), tal avanço se deve principalmente ao bom desempenho da produção do milho safrinha em 2015 e à desvalorização do real que aumentou a competitividade do produto brasileiro frente aos concorrentes internacionais.

Diversos estados brasileiros contribuíram para esse desempenho. Mato Grosso, maior produtor de milho no país, ampliou suas exportações do produto em 9% em comparação com os números de 2014, e o Mato Grosso do Sul, impulsionado por uma safrinha recorde no ciclo 2014/2015, ampliou suas vendas externas

de milho em 101%. O Maranhão, ainda com produção pequena, exportou 2.787% a mais nos dez primeiros meses deste ano, em relação ao mesmo período de 2014. Esse resultado pode ser reflexo da inauguração, em agosto, do Terminal de Grãos do Maranhão, por onde a produção do Matopiba – Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins – poderá ser exportada, descongestionando os portos de Santos e Paranaguá e diminuindo o custo com frete para escoamento da produção.

Dentre os compradores do milho brasileiro se destacam alguns dos maiores consumidores internacionais do produto. O Vietnã (US\$ 563,7 milhões), seguido de Irã (US\$ 510,6 milhões), Coreia do Sul (US\$ 252,8 milhões), Taiwan (US\$ 243,7 milhões) e Egito (US\$ 240,1 milhões), compõem a lista dos cinco maiores importadores do milho, representando 58% de toda a exportação brasileira do produto neste ano. Assim, o aumento na exportação do milho nacional contribuiu para a manutenção do saldo positivo da balança comercial do país em 2015.

Celulose

A celulose foi o produto do agronegócio com o terceiro maior crescimento de valor e volume exportados este ano. As exportações brasileiras, nos últimos dez meses, chegaram a US\$ 4,6 bilhões, crescimento de 4% em relação ao mesmo período de 2014. Esse produto, que tem 90% de sua produção nacional exportada, foi fortemente beneficiado pela desvalorização do real. Neste cenário, são esperados investimentos de até R\$ 50 bilhões até 2020 no setor da silvicultura, segundo informações da Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). Dessa forma, a celulose brasileira tende a se manter como uma das mais competitivas no mercado internacional.

Nos dez primeiros meses de 2015, o Brasil exportou para a União Europeia US\$ 1,7 bilhão em celulose, 2% a menos que no mesmo período de 2014. Outros importantes compradores desse produto brasileiro foram a China, com US\$ 1,5 bilhão e crescimento de 10% e os Estados Unidos, com US\$ 835 milhões, 2% a mais que nos primeiros dez meses de 2014. Ainda que sejam consumidores menos importantes, houve crescimento de 85% das exportações de celulose para a Argentina, que superaram em US\$ 17,3 milhões o acumulado entre janeiro e outubro de 2014. Para a Tailândia foi observada alta de 67% (US\$ 14,2 milhões) em exportações, e para a Turquia houve crescimento de 1.006%, US\$ 13,4 milhões, contribuindo para ampliar os valores de exportação da celulose brasileira em 2015.

Mangas frescas ou secas

Na hortifruticultura nacional, as mangas frescas ou secas apresentaram destaque nas exportações brasileiras em 2015. O Brasil exportou US\$ 137,4 milhões em mangas, crescimento de 29% no valor e 27% no volume exportado, em relação ao acumulado de 2014. Segundo a Revista Hortifruti Brasil, publicada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), a adequação de produtores brasileiros às normas internacionais, bem como as taxas cambiais favoráveis à exportação, contribuíram para esse crescimento.

Além disso, o aumento da demanda pelo produto tem contribuído para a expansão da produção de mangas em outras regiões do Brasil, exemplo do norte de Minas Gerais e da Bahia, que têm ganhado espaço no mercado doméstico do produto. O crescimento nas exportações da fruta também tem contribuído com a balança comercial brasileira e com o desenvolvimento da economia nacional.

A demanda internacional por mangas tem crescido constantemente nos últimos anos, e tal tendência pode ser vista nas exportações brasileiras dos últimos dez meses. Segundo dados do MAPA, a União Europeia aumentou suas compras de mangas do Brasil em 27%, entre janeiro e outubro deste ano. As exportações do produto também apresentaram crescimento significativo (45%) para os Estados Unidos. Os resultados positivos na exportação de mangas para a Europa e América do Norte são notáveis, beneficiando produtores de diversas regiões do Brasil.

Camex reduz Imposto de Importação para sardinhas congeladas e inseticidas à base de fosfeto de alumínio

No dia 30 de outubro, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) aprovou a redução temporária da alíquota do Imposto de Importação das sardinhas congeladas (NCM 0303.53.00), passando de 10% para 2%, pelo período de seis meses, a partir de 29 de outubro. Essa redução limita-se à cota de 30 mil toneladas. A medida é motivada pela necessidade de garantir a oferta do produto durante o período de interrupção da pesca devido à reprodução da sardinha, pescado comumente consumido em conservas.

Além disso, a CAMEX reduziu a alíquota para os inseticidas à base de fosfeto de alumínio (NCM 3808.91.95), passando de 14% para 2%, por 12 meses, com cota de 1.250 toneladas. Esse tipo de inseticida é utilizado no controle de pragas de produtos armazenados a granel ou ensacados em armazéns. Mais detalhes sobre as reduções podem ser encontrados nas resoluções nº 102 e 103 da CAMEX.

Cinco informações fundamentais sobre transgênicos

É comum, atualmente, encontrarmos conteúdos alarmistas sobre os organismos geneticamente modificados (OGM). Nesse artigo, mencionamos cinco principais aspectos relacionados aos transgênicos para os quais a ciência já deu seu parecer. Qualquer afirmação contrária a essas não encontra respaldo na literatura científica.

1. Comunidade científica internacional reconhece biossegurança de transgênicos. Em diversos países do mundo, nos 20 anos dos transgênicos, nunca foi registrado impacto negativo para a saúde humana ou animal. O número de estudos independentes que atestam a segurança ambiental e alimentar dos OGM é extenso e consistente. Inclusive na Europa, continente frequentemente mencionado como resistente à transgenia, o relatório da Comissão Europeia intitulado Pesquisa sobre a Segurança dos Organismos Geneticamente Modificados (1985-2000) (tradução direta) reitera que “a utilização de tecnologia mais precisa e o maior escrutínio da regulamentação torna provavelmente os OGMs ainda mais seguros do que as plantas e os alimentos convencionais”. Outro relatório, também da Comissão Europeia, intitulado “Uma Década de Pesquisa de OGM Financiada pela EU 2001-2010” (tradução livre), analisou projetos de pesquisa de mais de 400 grupos independentes e indicou que “a biotecnologia e, em particular os OGM, não apresentam mais riscos do que as tecnologias de melhoramento convencional de plantas”. Além da referência bibliográfica da Comissão Europeia, cabe mencionar uma meta-análise publicada em 2014, que mostra que os transgênicos têm impactos positivos.

2. A segurança dos transgênicos no longo prazo já foi demonstrada. Além de diversos trabalhos mostrando segurança dos transgênicos, em 2014, pesquisadores da Universidade da Califórnia publicaram uma extensa revisão sobre o tema na revista American Society of Animal Science. Os autores analisaram dados referentes a 29 anos de manejo na agropecuária. A amostragem foi representada por mais de 100 bilhões de animais e incluiu o período pré-1996, quando a alimentação era composta 100% de não trans-

gênicos, e depois dessa data, quando atingiu quase 90% de ração geneticamente modificada (GM). Foram considerados dados referentes aos animais antes e após o abate. A principal conclusão do estudo é que a alimentação transgênica é equivalente à não transgênica e não há evidências de reações adversas em animais alimentados com produtos GM. A publicação também mostrou que não existem diferenças na qualidade nutricional da carne, leite ou de outros produtos derivados de animais alimentados com ração contendo ingredientes GM. Em suma, o montante de dados e estudos produzidos por mais de 20 anos, mostram que a alimentação baseada em OGM é segura, do ponto de vista nutricional, equivalente à não-GM e que não há nenhum risco à saúde associado a esses produtos.

3. Transgênicos não causam alergias nem são tóxicos para humanos. É preciso esclarecer que alergenidade é uma reação adversa que certos grupos de alimentos podem provocar. Basicamente, onze grupos de alimentos provocam 90% das alergias. Entretanto, essas reações independem do alimento ser transgênico ou não. Até hoje, não há estudos que mostrem a ocorrência de alergias associadas ao consumo/ingestão de OGM. Este resultado é decorrente dos protocolos de desenvolvimento de um transgênico, onde são excluídos os genes que resultem em proteínas que tenham qualquer semelhança estrutural com algum produto que cause alergia.

4. A biotecnologia tornou a produção de compostos medicinais mais fácil e segura. Para além da alimentação, hoje, é possível produzir por meio de microrganismos geneticamente modificados substâncias que antes eram obtidas via métodos menos estáveis e potencialmente mais inseguros. A insulina, por exemplo, até a década de 1980, era extraída de gado e de suínos. De lá para cá, foi desenvolvida a técnica que permite que ela seja produzida por microrganismos transgênicos, tornando-a mais segura e mais eficiente nos tratamentos. O mesmo raciocínio foi aplicado à produção do hormônio do crescimento (hGH), interferon, fator VIII, IX e tantos outros biofármacos.

5. A legislação sobre transgênicos no Brasil é reconhecida por seu rigor e estabilidade. Por fim, cabe ressaltar que, no Brasil, os transgênicos disponíveis comercialmente são submetidos a rigorosas análises de biossegurança. Só depois disso são aprovados para cultivo e consumo. O País possui um sistema regulatório eficiente e respeitado mundialmente. A Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05) exige que qualquer OGM passe pela avaliação criteriosa da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a CTNBio, formada por 54 doutores em todas as áreas relacionadas à segurança dos transgênicos.

Com o advento das mídias online, qualquer declara-

ção, superficial ou altamente fundamentada, pode ganhar repercussão. Especialmente com temas inovadores, como é o caso da biotecnologia, a divulgação de dados em linguagem acessível é um desafio, pelo fato de tratar-se de um tema de alta complexidade. É essencial informar corretamente a sociedade, pois a democratização do conhecimento é a principal aliada da desconstrução dos mitos.

Esta matéria é uma contribuição de Adriana Brondani, bióloga e doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diretora-executiva do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB).

CNA publica estudo prévio sobre a importância da Parceria Transpacífico para a agropecuária brasileira

No início de outubro foi anunciada a conclusão das negociações da Parceria Transpacífico (TPP). Com o objetivo de intensificar a discussão sobre os impactos desse acordo para o setor produtivo brasileiro, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) publicou, na edição especial do Boletim do Agronegócio Internacional, o estudo “A importância da Parceria Transpacífico para a agropecuária brasileira”. No dia 05 de novembro, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) disponibilizou o texto completo da negociação do TPP, incluindo as ofertas e os períodos de desgravação. A CNA está acompanhando o tema e analisando o texto do acordo.

A edição especial do Boletim sobre a TPP pode ser encontrada no Canal do Produtor:
www.canaldoprodutor.com.br/sites/default/files/1-boletim-agronegocio-internacional-especial.pdf



A Importância da Parceria Transpacífico para a agropecuária brasileira

A conclusão das negociações da Parceria Transpacífico (TPP), anunciada formalmente na segunda-feira, dia 5 de outubro, demonstra a urgência de avançar e ampliar a agenda de negociações do Brasil para evitar a perda de espaço para produtos agropecuários brasileiros no mercado internacional. A TPP foi concebida como uma plataforma para a integração econômica regional e foi projetada para incluir outras economias em toda a região da Ásia-Pacífico.

A importância desse acordo pode ser medida pelo

fato de os 12 países signatários da TPP - Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã - representarem 40% da economia mundial e mais de 800 milhões de habitantes. A TPP é o maior acordo comercial negociado nos últimos 20 anos, no qual a maioria dos produtos e serviços, comercializados entre os seus membros, está incluída no texto final. Contudo, nem todas as tarifas serão removidas e alguns países vão demorar mais tempo do que outros na liberalização do comércio.

Figura 1 - Países membros da Parceria Trans-Pacífico e a posição do Brasil



O Acordo inclui 30 capítulos que abrangem o comércio e temas relacionados, começando com comércio de bens e continuando com facilitação de comércio e alfândega; medidas sanitárias e fitossanitárias; barreiras técnicas ao comércio; defesa comercial;

investimento; serviços; comércio eletrônico; compras governamentais; propriedade intelectual; trabalho; e meio ambiente. Além desses temas, estão incluídos no acordo capítulos “horizontais” destinados a assegurar que a TPP cumpra o seu potencial de desenvolvimento